

Sumário

Introdução	1
1. A Autonomia Universitária.....	3
1.1 A história da autonomia financeira das universidades brasileiras...	3
1.2 A autonomia universitária nas constituições do mundo	14
1.3 O desafio da efetividade da autonomia universitária	18
1.4 Interpretação constitucional e autonomia de gestão financeira na Constituição	21
1.4.1 Autonomia financeira como dispositivo constitucional de compromisso	35
1.4.2 Autonomia como garantia institucional de direito fundamental.....	37
1.5 Identificação da categoria normativa. Autonomia de gestão financeira universitária: <i>regra</i> ou <i>princípio</i> ?	44
1.6 Efeitos do princípio da autonomia de gestão financeira e patrimonial.....	54
1.6.1 Eficácia positiva ou simétrica do princípio da autonomia de gestão financeira e patrimonial.....	57
1.6.2 Eficácia negativa do princípio da autonomia de gestão financeira e patrimonial.....	60
1.6.3 Eficácia interpretativa da autonomia de gestão financeira e patrimonial.....	65
1.6.4 Eficácia impeditiva de retrocesso da autonomia de gestão financeira e patrimonial.....	67

1.7 Algumas propostas de parâmetros (<i>standards</i>) mínimos de interpretação.....	71
2. Elaboração e Execução de Orçamentos Universitários	77
2.1 Unidade de tesouraria, recursos próprios e autonomia financeira	85
2.2 Transferências, remanejamentos e transposições	87
2.3 Austeridade fiscal e contingenciamento nas universidades públicas.....	93
2.3.1 Contingenciamento orçamentário. A hipótese da EC n.º 95/2016 e os Institutos de Ensino Superior Federais	97
2.3.2 A hipótese do art. 9.º da Lei de Responsabilidade Fiscal. ADI n.º 2.238-5 MC/DF	100
2.3.3 Novo regime de recuperação fiscal	103
2.4 Modelos de financiamento das universidades públicas	112
2.5 Vinculações constitucionais e legais de receitas tributárias	117
2.5.1 Vinculação de receitas tributárias às universidades públicas e a jurisprudência do STF. O caso da ADI 4.102 e o início de divergência na ADI 6.275.....	122
2.5.2 O modelo de sucesso das universidades paulistas estaduais.....	129
2.6 A necessária busca por fontes alternativas de recursos.....	133
2.6.1 Receitas de prestação de serviços técnicos e de extensão	135
2.6.2 O novo marco da Ciência e Tecnologia e Inovação criado pela EC n.º 85/2015	138
2.6.3 Receitas de ativos decorrentes da inovação tecnológica, licenciamentos e patentes.....	140
2.6.4 Exploração de espaços públicos próprios: permissão de uso e concessão de <i>naming rights</i>	143

2.6.5 Receitas de doações	146
2.6.6 Receitas de venda de patrimônio próprio: o caso das heranças jacentes	150
2.7 Poder normativo-financeiro das universidades públicas	153
3 O Financiamento do Ensino Superior no Brasil.....	159
3.1 A Teoria de Theodore W. Schultz	165
3.2 Argumentos sobre a repartição de custos e a realidade ao redor do mundo	169
3.3 Teorias de Justiça	178
3.3.1 Justiça distributiva e tributação	179
3.3.2 Justiça fiscal pelos serviços públicos	187
3.4 Preço público ou taxa de serviços universitários?	191
3.5 O STF e a cobrança sobre serviços universitários de Educação: o caso do RE 567.801 e 500.171, Súmula Vinculante 12/STF e o RE 597.854.....	202
3.6 O STF e a cobrança das escolas militares: o caso da ADI 5082...	228
3.7 Cobrança x Gratuidade, uma convivência possível? O uso dos empréstimos de reembolso com base no tempo (<i>Time-Based Repayment Loans – TRBL</i>) e o empréstimo condicionado à renda futura (<i>Income Contingent Loan – ICL</i>)	236
3.8 Seria viável o uso do ICL nas universidades públicas brasileiras?	245
4. Conclusões Finais e Proposições Objetivas	249
Referências.....	259